

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.832 - SP (2019/0299647-7)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : L F O DE R  
**ADVOGADO** : GISELE GONÇALVES DE MENEZES EMÍDIO - SP179657  
**RECORRIDO** : F M R (MENOR)  
**RECORRIDO** : T M DE R (MENOR)  
**RECORRIDO** : C M R (MENOR)  
**REPR. POR** : F F C B M R  
**ADVOGADO** : EUGÊNIO REYNALDO PALAZZI JUNIOR - SP128126

### EMENTA

*RECURSO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO DECRETADA. ORDEM DENEGADA NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE NO DECRETO PRISIONAL. LIMINAR INDEFERIDA.*

### DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de *recurso ordinário* interposto por L F O DE R contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*“Habeas Corpus” Execução de alimentos pelo rito da coerção pessoal Decretação da prisão do executado Ausência de ilegalidade no procedimento, vez que a execução atende aos requisitos do Artigo 528, caput, do Código de Processo Civil e da Súmula 309 do C. Superior Tribunal de Justiça Justificativa rejeitada Não comprovação de impossibilidade absoluta de arcar com a verba alimentar Incidência do artigo 528, § 2º do Código de Processo Civil Eventual excesso da verba alimentar anteriormente fixada que não é capaz de justificar o inadimplemento Impossibilidade decretação de prisão civil domiciliar Incidência do artigo 528, § 4º - Ordem denegada.*

Em suas razões, a parte recorrente sustentou que a manutenção da ordem de prisão é ilegal porquanto (I) não possui condições de arcar com os termos do acórdão ajustado na ação de divórcio, em 13/02/2014, pois precisa manter duas residências e arcar com os custos dos filhos em duas casas; (II) ingressou com Ação Revisional de Alimentos c/c modificação de guarda, em tramite perante a 6ª Vara da Família do Foro Regional de Santo Amaro, sob nº

1027765-98.2015.82.6.0002, em abril de 2015; (III) a ação visa a implementação de modificações nas obrigações anteriormente estabelecidas, para que estas passem não apenas a refletir a realidade da rotina vivida pela família - pai e filhos - mas, essencialmente, as condições financeiras atuais desta, dada a clara necessidade de adequação do padrão de vida da família àquele passível de manutenção, em todos os aspectos, pelo único responsável, no caso, o ora Paciente; (IV) há fato novo a ser considerado: a dispensa do emprego, passando à condição de autônomo; (V) o paciente passa, em média, 13 dias por mês cuidando de seus filhos, fato que, inclusive, pode ser corroborado através de laudo anexo, que expressamente reconhece a existência de uma guarda compartilhada de fato; (VI) é impossível dissociar o pleno desenvolvimento de uma criança e de um adolescente da sua convivência familiar; e também, em decorrência de tal fato, os casos que admitem a Prisão Civil por não pagamento de pensão alimentícia são extremamente excepcionais, sendo cabíveis tão somente nos casos em que, comprovadamente, o genitor devedor deixa de cumprir com suas obrigações a seu bel-prazer, o que pode se dar, por exemplo, com comprovação de gastos supérfluos com bens materiais, festas, etc; (VII) O Paciente é um pai zeloso, participativo e completamente comprometido com o bem-estar dos filhos, conforme se verifica por laudo anexo e cartas escritas pelas próprias alimentadas F. e C., que não desejam ver seu pai na cadeia; (VIII) a Alimentada F., tão logo atingiu a maioridade, se recusou a prosseguir a execução de alimentos contra o pai, ora Paciente e, mesmo assim, o pai, ora paciente, é quem custeia toda a educação, lazer, alimentação e vestimenta da filha maior; (IX) a Constituição só permite a prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável da pensão alimentícia, o que não é o caso como fartamente demonstrado nos autos principais. Citou, ainda, precedentes que embasariam a sua tese. Pede, por fim, de forma subsidiária, a decretação da prisão civil em regime domiciliar, com permissão ao trabalho do Paciente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório.

Decido.

Antecipo que o pedido liminar não merece deferimento.

No caso concreto, não identifico flagrante ilegalidade no comando prisional do paciente e, menos ainda, indevida ou insuficiente fundamentação do acórdão recorrido.

A decisão que negou o *habeas corpus* na origem encontra-se bem fundamentada, nos seguintes termos (e-STJ Fl. 1491/1495):

*Inicialmente, imperioso destacar que a execução de alimentos, na qual fora proferida a decisão ora impugnada observou o disposto no Artigo 528, caput, do Código de Processo Civil e a orientação da Súmula 309 do C. Superior Tribunal de Justiça, que estipula que o decreto de prisão é cabível quando não se verifica o pagamento das três últimas prestações vencidas antes do ajuizamento da execução mais as que se vencerem no curso do processo, sendo que no caso em exame a decisão atacada preenche os requisitos exigidos.*

*Nesse sentido, o não pagamento das pensões em aberto somente não autoriza o decreto de prisão caso o devedor comprove o pagamento ou justifique a impossibilidade de tê-lo feito. A justificativa apresentada pelo executado baseada na dificuldade financeira, entretanto, não deve ser acolhida, restando oportuno salientar dois pontos.*

*O primeiro no sentido de que o executado não demonstrou satisfatoriamente a impossibilidade de pagar a verba alimentar devida. Com efeito, dificuldades financeiras e desemprego, por si só, não são capazes de justificar o inadimplemento de obrigações alimentares, uma vez que, conforme dispõe o artigo 528, § 2º do Código de processo Civil: Somente a comprovação de fato que gere a impossibilidade absoluta de pagar justificará o inadimplemento.*

*O segundo ponto a ser ressaltado diz respeito à utilização de eventual excesso da verba alimentar como justificativa do inadimplemento de referida obrigação. Nesse sentido, ainda que tenha ocorrido alteração na situação fática financeira capaz de ensejar a redução da verba alimentar até que referida a redução seja acordada ou determinada judicialmente o alimentante permanece obrigado ao pagamento da verba anteriormente fixada. Entendimento diverso, pois, colocaria em risco a subsistência dos menores, o*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*que não pode ser admitido.*

*Assim, a rejeição da justificativa e a medida de prisão na ausência de quitação do total do débito são inafastáveis.*

*Ademais, não há se falar em decretação de prisão domiciliar do alimentante, uma vez que a regra estabelecida pelo ordenamento jurídico vigente à prisão civil é o regime fechado e inexistente nos autos qualquer justificativa plausível para que este não seja aplicado no presente caso. Nesse sentido, tem-se o artigo 528, § 4º: A prisão será cumprida em regime fechado, devendo o preso ficar separado dos presos comuns.*

O impetrante apenas aduziu que o paciente não tem condições de arcar com o pagamento do valor, restando consignado no acórdão recorrido que não houve a efetiva demonstração da incapacidade.

Nesse sentido:

*PRISÃO CIVIL POR DÍVIDA DE ALIMENTOS. RECUSA DO ALIMENTANTE EM PAGAR AS TRÊS PRESTAÇÕES ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO E AS QUE VENCERAM NO CURSO DO PROCESSO. ALEGAÇÃO DE DIFICULDADES FINANCEIRAS PARA ARCAR COM A DÍVIDA. NECESSIDADE DA ANÁLISE DE PROVA, ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM O RITO DO HABEAS CORPUS.*

*I - Em pedido de habeas corpus, o alegado fato de que o paciente vivencia situação financeira precária, por si só, não possui o condão de evitar ou desautorizar sua prisão civil por dívida de alimentos, mesmo porque esse meio processual não permite a cognição aprofundada dos elementos de prova que permitiriam apurar, com exatidão, as reais condições financeiras do alimentante e do alimentando, não se podendo, salvo hipóteses teratológicas, do que aqui não se cogita fazer "saltar" o exame fático a este Tribunal.*

*II - Segundo a Súmula STJ/309, o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo. Ordem denegada. (HC 157.475/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2010, DJe 18/06/2010)*

Por fim, segundo a decisão que determinou a prisão, as prestações

# Superior Tribunal de Justiça

alimentares objeto de execução atendem ao enunciado da Súmula 309/STJ e, ademais, a alegação de que tramita ação revisional não afasta, em princípio, a possibilidade de execução dos mesmos nos termos do art. 528 do CPC, já que "os efeitos da sentença proferida em ação de revisão de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas" (EResp 1.181.119/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ acórdão Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Segunda Seção, DJe 20/06/2014).

Em juízo perfunctório, portanto, não há como se afastar, nos estreitos limites procedimentais do *habeas corpus*, a legalidade do decreto prisional.

**Ante o exposto, indefiro a liminar postulada.**

Solicitem-se informações ao Juízo onde tramita a ação de revisão e modificação de guarda (1027765-98.2015.82.6.0002).

Dê-se vista ao Ministério Público.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**